

# Ministério da Economia

APLICAÇÃO: 2020

TARDE

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, DE PROFISSIONAIS QUE DESEMPENHAM ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELCTUAL DE NÍVEL SUPERIOR**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (**desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva**). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

**OBSERVAÇÕES:**

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** 0(XX) 61 3448-0100 | [www.cebraspe.org.br](http://www.cebraspe.org.br) | [sac@cebraspe.org.br](mailto:sac@cebraspe.org.br)

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

A cidadania na cidade inteligente é matéria complexa. Recente evento corporativo para o setor público promovido por uma multinacional de tecnologia definiu o cidadão como um consumidor de serviços. Um dos responsáveis por esse argumento é o economista Albert O. Hirschman. Em 1970, Hirschman publicou estudos relacionando a fidelidade de pessoas a empresas e a governos com a capacidade de escuta dessas organizações.

De acordo com Hirschman, não atentar às necessidades de seu público fará com que ele procure alternativas: a competição no caso de firmas e a oposição no caso de governos. Segundo o autor, escutar seu público e levar em conta suas considerações garantiria a qualidade no serviço prestado, o que, por sua vez, criaria lealdade para com a organização ofertante. Por trás desse estudo, está a ideia de que um governo e uma firma possam, em certa medida, funcionar da mesma maneira. Ainda que isso seja em parte possível, tal fato não torna o cidadão um consumidor, muito pelo contrário.

Vejamos. Se um bem público fosse um bem de consumo, ele poderia ter seu acesso controlado pelo preço, regulado por oferta e demanda. Bens públicos são públicos justamente porque são bens não rivais e não possuem paralelo de possibilidade de oferta, ou são essenciais e seu provisionamento em quantidade, qualidade e tempo hábil desafia a lógica empresarial e de mercado.

Em saneamento, por exemplo, limitar sua oferta implica incremento de doenças e aumento de custos com saúde pública. E a alternativa, não gastar com isso, é a morte. Portanto, não se trata de condições normais de mercado, mas de investimento social, de sua obrigatoriedade. Isso posto, é natural perguntar se não seria necessário garantir o direito de cidadania antes do de consumo.

É importante ter em mente que o cidadão não é — e jamais será — um consumidor, mas, sim, um beneficiário. Bem público não é bem de consumo, mas direito político pleno de acesso e usufruto. Entretanto, isso não significa que não se deva procurar eficiência e rentabilidade na economia do setor público. Tampouco implica abandonar pleitos por qualidade. Mas resulta em perceber que a qualidade está inscrita ao direito de acesso e usufruto, e não à possibilidade de seu consumo.

André Leiner. **O cidadão, o consumidor e as cidades inteligentes**.  
Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior.

- 1 O economista Albert O. Hirschman contribuiu para a definição de cidadão como consumidor de serviços, cujas necessidades devem ser atendidas pelas organizações, tanto governamentais quanto empresariais.
- 2 Para o autor do texto, os bens públicos são bens de consumo e seu acesso deve ser controlado pelo preço, regulado por oferta e demanda.

- 3 Feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, a correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas caso o ponto empregado logo após a forma verbal “Vejamos”, no início do terceiro parágrafo, fosse substituído por **dois-pontos**.
- 4 Em “Tampouco implica abandonar pleitos por qualidade” (último parágrafo), o advérbio “tampouco” poderia ser substituído pela expressão “tão pouco” sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto.
- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “à possibilidade” (último período do texto) é exigido pela palavra “subscrita”, que está subtendida logo após o “não”, e pela presença do artigo definido **a**.

**Espaço livre**

A diferenciação entre zonas centrais e regiões marginais — centros e periferias — encontra-se hoje em várias ordens de grandeza em comunidades, distritos, países e grupos inteiros de países. Numa cidade, a atividade comercial concentra-se geralmente numa zona determinada; em cada país há regiões nas quais se concentra mais fortemente a atividade econômica, do que em outras.

A diferença entre regiões centrais e regiões periféricas está baseada em uma multiplicidade de contrastes — geográficos, econômicos e sociais — que, em toda a sua diversidade, também apresentam, em seu contexto, elementos comuns essenciais.

Os centros são primariamente grandes cidades ou cidades de dimensão média, sendo periferias as zonas de economia rural. As aldeias constituem centros menores na periferia.

Diante das periferias, os centros são, sob alguns aspectos, privilegiados. Sob perspectiva geométrica, a soma das distâncias entre o ponto central e quaisquer pontos do interior é menor do que entre um ponto da periferia (qualquer que seja esse ponto) e qualquer ponto no interior. Em torno de uma grande cidade (de uma megalópole), encontram-se as maiores artérias de circulação ordenadas de forma radial e não em círculos concêntricos. As vias de uma periferia à outra conduzem, por isso, com frequência através do centro — também quando isso exige maiores desvios.

Para cada tipo de troca (como trânsito, comércio, turismo, transmissão de conhecimentos), os centros oferecem especiais vantagens. Eles dispõem de uma infraestrutura mais rica do que as regiões marginais, e os contatos sociais são mais densos. Hospitais, universidades, institutos de pesquisa, instituições culturais, museus, teatros, salas de concerto etc. encontram-se predominante ou exclusivamente em centros. As possibilidades de formação são mais diversificadas e de melhor qualidade. Mercados de centro se destacam por ofertas mais ricas do que os mercados das periferias. O nível de vida é mais alto, os salários são mais altos, mas também os custos de manutenção da vida são mais altos.

Nos centros, com relação à vida social, vigora uma cultura pluralista, as pessoas são mais individualistas, mas também mais flexíveis do que nas periferias. No interior a cultura é mais fortemente presa à tradição, a mobilidade social é menor, a vida decorre mais calma e vagorosamente, e as pessoas se movimentam menos apressadamente. Quanto às atitudes mentais e intelectuais, elas também são, em geral, menos ágeis e, com frequência, mais conservadoras.

Thomas Kelssering. *Dentro e fora. Centro e periferia*. In: *Ética, política e desenvolvimento humano: a justiça na era da globalização*. Trad. Benno Dischinger. Caxias do Sul, RS: Educs, 2007, p. 171-2.

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e às construções linguísticas do texto precedente.

- 6 Uma estrutura de centro e periferia surge, com frequência, por razões e fatores bem diversos, conforme o texto.
- 7 A correção gramatical do texto seria mantida se o vocábulo “que” (segundo parágrafo), fosse substituído por **onde**.
- 8 O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos se o período “Diante das periferias, os centros são, sob alguns aspectos, privilegiados” (início do quarto parágrafo) fosse reescrito do seguinte modo: Os centros são privilegiados em relação às periferias em alguns aspectos.
- 9 No trecho “Em torno de uma grande cidade (de uma megalópole)”, os parênteses foram empregados para isolar um trecho de caráter explicativo.
- 10 De acordo com as ideias do texto, as distâncias a serem percorridas entre as periferias são menores que as distâncias a serem percorridas entre as periferias e os centros.

- 11 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e das ideias nele expressas, o período “O nível de vida é mais alto, os salários são mais altos, mas também os custos de manutenção da vida são mais altos”, ao final do quinto parágrafo, poderia ser reescrito da seguinte forma: O nível de vida e os salários, assim como os custos de manutenção da vida, são mais altos.
- 12 A correção gramatical do texto seria mantida caso as vírgulas que isolam o trecho “com relação à vida social” (início do último parágrafo) fossem suprimidas.

Desde pequeno, tive tendência para personificar as coisas. Tia Tula, que achava que mormaço fazia mal, sempre gritava: “Vem pra dentro, menino, olha o mormaço!” Mas eu ouvia o mormaço com M maiúsculo. Mormaço, para mim, era um velho que pegava crianças! Ia pra dentro logo. E ainda hoje, quando leio que alguém se viu perseguido pelo clamor público, vejo com estes olhos o Sr. Clamor Público, magro, arquejante, de preto, brandindo um guarda-chuva, com um gogó protuberante que se abaixa e levanta no excitação da perseguição. E já estava devidamente grandezinho, pois devia contar uns trinta anos, quando me fui, com um grupo de colegas, a ver o lançamento da pedra fundamental da ponte Uruguiana-Libres, ocasião de grandes solenidades, com os presidentes Justo e Getúlio, e gente muita, tanto assim que fomos alojados os do meu grupo num casarão que creio fosse a Prefeitura, com os demais jornalistas do Brasil e Argentina. Era como um alojamento de quartel, com breve espaço entre as camas e todas as portas e janelas abertas, tudo com os alegres incômodos e duvidosos encantos de uma coletividade democrática. Pois lá pelas tantas da noite, como eu pressentisse, em meu entredormir, um vulto junto à minha cama, sentei-me estremunhado e olhei atônito para um tipo de chiru, ali parado, de bigodes caídos, pala pendente e chapéu descido sobre os olhos. Diante da minha muda interrogação, ele resolveu explicar-se, com a devida calma:

— Pois é! Não vê que eu sou o sereno...

Mário Quintana. In: *As cem melhores crônicas brasileiras*. São Paulo: Objetiva, 2007.

No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os próximos itens.

- 13 No trecho “E já estava devidamente grandezinho, pois devia contar uns trinta anos”, há um efeito surpresa decorrente da explicação oferecida pelo autor ao que ele considera “devidamente grandezinho”.
- 14 No texto, a letra maiúscula é empregada em todos os substantivos que nomeiam aquilo que o autor personificava, seja quando criança, seja já adulto, para indicar tratar-se de nome próprio.
- 15 A inserção de uma vírgula logo após “protuberante”, no trecho “com um gogó protuberante que se abaixa e levanta no excitação da perseguição”, manteria a correção gramatical do período e seu sentido original.
- 16 Em “Tia Tula, que achava que mormaço fazia mal, sempre gritava: ‘Vem pra dentro, menino, olha o mormaço!’”, os termos “Tia Tula” e “menino” desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem, o que justifica o fato de serem isolados por vírgulas.
- 17 No trecho “Era como um alojamento de quartel”, o termo “como” foi empregado no sentido de **conforme**, para indicar que o casarão referido no período “E já estava ... Argentina.” fora construído em forma de quartel.
- 18 Infere-se do trecho “Mas eu ouvia o mormaço com M maiúsculo” que, quando era criança, o autor do texto desconhecia o significado da palavra “mormaço”, já que imaginava tratar-se de uma pessoa.

Sou feliz pelos amigos que tenho. Um deles muito sofre pelo meu descuido com o vernáculo. Por alguns anos ele sistematicamente me enviava missivas eruditas com precisas informações sobre as regras da gramática, que eu não respeitava, e sobre a grafia correta dos vocábulos, que eu ignorava. Fi-lo sofrer pelo uso errado que fiz de uma palavra no último **Quarto de Badulaques**. Acontece que eu, acostumado a conversar com a gente das Minas Gerais, falei em “varreção” — do verbo “varrer”. De fato, tratava-se de um equívoco que, num vestibular, poderia me valer uma reprovação. Pois o meu amigo, paladino da língua portuguesa, se deu ao trabalho de fazer um xerox da página 827 do dicionário. O certo é “varrição”, e não “varreção”. Mas estou com medo de que os mineiros da roça façam troça de mim, porque nunca os ouvi falar de “varrição”. E se eles rirem de mim não vai me adiantar mostrar-lhes o xerox da página do dicionário. Porque para eles não é o dicionário que faz a língua. É o povo. E o povo, lá nas montanhas de Minas Gerais, fala “varreção”, quando não “barreção”. O que me deixa triste sobre esse amigo oculto é que nunca tenha dito nada sobre o que eu escrevo, se é bonito ou se é feio. Toma a minha sopa, não diz nada sobre ela, mas reclama sempre que o prato está rachado.

Rubem Alves. Internet: <rubemalves.uol.com.br> (com adaptações).

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os seguintes itens.

- 19 O texto contrapõe duas formas distintas de entender o uso da língua portuguesa: a do “amigo oculto”, que preza pelas regras de gramática e de grafia; e a do autor, que preza pelas formas da linguagem popular.
- 20 Em “Acontece que eu, acostumado a conversar com a gente das Minas Gerais, falei em ‘varreção’ — do verbo ‘varrer’”, o sujeito da oração iniciada com “Acontece” é indeterminado.
- 21 Depreende-se dos sentidos do texto que o vocábulo “vernáculo”, no segundo período do texto, refere-se à variante popular rural da língua portuguesa falada no Brasil.
- 22 No trecho “Por alguns anos ele sistematicamente me enviava missivas eruditas”, o termo “sistematicamente” poderia ser deslocado para imediatamente após o termo “enviava” — **me enviava sistematicamente** — sem prejuízo do sentido original do texto.
- 23 No trecho “Fi-lo sofrer pelo uso errado que fiz de uma palavra no último **Quarto de Badulaques**”, a substituição de “Fi-lo” por **O fiz**, forma mais comum no português do Brasil, manteria a correção gramatical do trecho, de modo que é possível concluir que a escolha do autor visa ironizar a visão que seu amigo tem sobre a língua.
- 24 Considerando-se os sentidos do texto, é correto afirmar que, nos dois últimos períodos, o autor faz uma reflexão sobre a dicotomia forma e conteúdo, a partir da opinião de seu amigo sobre seu texto.
- 25 A supressão da forma pronominal “me”, em “E se eles rirem de mim não vai me adiantar mostrar-lhes o xerox da página do dicionário”, manteria o sentido original do texto.

A respeito de ética na administração pública, julgue os itens a seguir.

- 26 A ética, classificada pela doutrina como uma ciência de caráter teórico e universal, ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.
- 27 A Constituição Federal de 1988 impõe à administração pública obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; tais princípios são juízos abstratos de valor que devem orientar a interpretação e a aplicação das regras, bem como pautar todos os atos administrativos.
- 28 Desde a Constituição Federal de 1988, o regime democrático confere ao cidadão ferramentas como o voto e a participação direta na elaboração do orçamento público e nos conselhos de políticas públicas, destinadas a prever e a regular situações em que a conduta do agente público possa ofender o sistema de valores da administração pública.
- 29 O agente público não pode desprezar o elemento ético de sua conduta, o que significa que ele deverá decidir somente entre o ilegal e o legal, uma vez que a função pública impede que ele deixe de cumprir os deveres impostos por lei.

Acerca de atos de improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 30 O fato de um servidor público utilizar veículo da administração pública para fins particulares em seu horário de almoço não configura prática de ato de improbidade administrativa, desde que seu superior hierárquico autorize tal uso, embora possa ser considerada antiética.
- 31 Servidor público que, em troca de vantagens, decida requerimento favorável ao interessado pratica ato de improbidade administrativa, estando sujeito às cominações de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e ressarcimento integral do dano, entre outras.
- 32 **Situação hipotética:** Determinado prefeito determinou pagamento a pessoas que prestavam serviços de forma irregular ao município, bem como ordenou despesas relacionadas a obra não realizada, tendo liberado verbas públicas sem a estrita observância das normas pertinentes ao processo licitatório. **Assertiva:** O referido prefeito, embora seja considerado agente político, está sujeito à Lei de Improbidade Administrativa.
- 33 **Situação hipotética:** Determinado servidor público do Poder Executivo federal agiu negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público: foi omissivo em relação à dilapidação de diversos bens e obras de arte que foram seriamente danificadas em incêndio, o que causou prejuízo ao erário. **Assertiva:** Apurados os danos causados ao patrimônio público, poderá ser aplicada a esse servidor multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração por ele recebida, entre outras sanções.

Considerando as regras da Lei federal n.º 12.846/2013 e suas alterações, julgue os próximos itens.

- 34** Partido político que obtenha doação proveniente de desvio de dinheiro público poderá sofrer as sanções da referida lei pela conduta lesiva à administração pública, como sujeito ativo, por constituir pessoa jurídica de direito privado.
- 35** De acordo com a lei em questão, são independentes as responsabilidades da pessoa jurídica e da pessoa natural, de modo que é possível a responsabilização da pessoa jurídica por ato ilícito praticado, mesmo que nenhuma pessoa natural o seja.
- 36** O acordo de leniência poderá ser celebrado com pessoa jurídica que cometa ato lesivo contra a administração pública, desde que da colaboração resulte a identificação de outros envolvidos no ato de corrupção ou, opcionalmente, a obtenção de informações que comprovem o ilícito sob apuração.

De acordo com as disposições da Lei n.º 12.527/2011 (LAI), julgue os itens a seguir.

- 37** A LAI garante o direito do interessado de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada, mesmo estando tal informação protegida com informação parcialmente sigilosa, assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- 38** As fundações públicas, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), devem disponibilizar, de maneira sistemática, todas as suas informações, salvo aquelas referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cuja divulgação possa ameaçar a segurança do Estado.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994.

- 39** Servidor público federal em férias publicou mensagem em suas redes sociais sobre o comportamento de outro colega de trabalho, de forma ofensiva e antipática. Nessa situação hipotética, embora a mensagem não tenha partido do local de trabalho e tenha sido feita fora do horário de serviço, a conduta do servidor fere o código de ética profissional.
- 40** Raul é visto habitualmente embriagado fora de seu horário de expediente, sendo, inclusive, conhecido pelas pessoas mais próximas como pé inchado; porém, cumpre suas atividades com zelo durante o horário de trabalho, não se atrasa e tampouco falta ao serviço. Nesse caso, a conduta de Raul não fere a ética do serviço público.

A respeito de ferramentas do Windows, julgue os itens a seguir.

- 41** No Windows Explorer, os arquivos são elementos de armazenamento de informação, e as pastas são objetos para a organização dos arquivos.
- 42** A visualização de arquivos do Windows Explorer, no modo lista, permite que um arquivo seja identificado e classificado por nome, tipo ou data de modificação.
- 43** No Internet Explorer, é possível abrir várias janelas dentro de uma mesma guia do navegador.
- 44** Instalados em navegadores da Web, os complementos são aplicativos utilizados para permitir que determinados conteúdos sejam exibidos na tela.
- 45** No Bing, ferramenta de busca da Microsoft, é possível fazer a pesquisa visual utilizando-se uma imagem, em vez de apenas um texto ou caracteres digitados.

Com relação aos conceitos de segurança da informação, julgue os itens subsequentes.

- 46** O uso de códigos maliciosos, ou *malwares*, permite que pessoas mal-intencionadas roubem a identidade de um usuário da Internet para fins criminosos.
- 47** Nas redes sociais, ocorre a propagação de notícia falsa quando um usuário compartilha livremente conteúdo sem verificar a veracidade ou procedência das informações.
- 48** O uso de soluções baseadas em nuvem (*cloud computing*) é um serviço que está além da armazenagem de arquivos e que pode ser usado para serviços de virtualização e hospedagem de máquinas Linux e Windows e, ainda, para bancos de dados.
- 49** O *backup* de dados de um computador pode ser feito de maneira simples: basta copiar os dados de uma unidade para outra, de preferência uma unidade removível externa como *pendrives* (baixa capacidade) ou HDs externos (alta capacidade).
- 50** No *backup* diferencial, é realizada apenas a cópia dos arquivos alterados e que estiverem diferentes em relação ao último *backup*.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Observadas as exigências administrativas que devem anteceder o contrato jurídico, determinado órgão da administração pública, em razão de reforma em seu edifício-sede, alugou o imóvel de Joana, o único localizado ao lado da sede e com preço acessível, pelo prazo de doze meses. Passados quatro meses, a obra foi concluída e o órgão público desocupou a propriedade e rescindiu o contrato unilateralmente, sob o argumento de que a finalidade do interesse público fora atingida, e sem considerar, portanto, a concordância de eventuais particulares prejudicados, o que frustrou os planos financeiros de Joana.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, considerando as regras relacionadas aos atos e contratos administrativos e a legislação pertinente.

- 51** A relação contratual de Joana com o órgão público é classificada pela doutrina como contrato da administração que tem paralelo no direito privado, não se confundindo com ato administrativo, e pode impor punições aos agentes públicos que agem de modo improbo no trato da coisa pública.
- 52** O órgão público não pode se valer de prerrogativas do regime de direito público para rescindir, unilateralmente, o contrato com Joana, uma vez que este é regulado por normas do direito privado, situação em que o Estado coloca-se no plano dos particulares, o que assegura a Joana igualdade de tratamento.
- 53** Manifestada a vontade da administração pública de desocupar a propriedade e rescindir o contrato com Joana, surge a álea administrativa que não tem finalidade de produzir efeitos jurídicos, mas pode ter consequências jurídicas, como o dever de indenizar, pela administração, de eventual dano causado a Joana.
- 54** Dado o seu prejuízo financeiro e a frustração de suas expectativas com o rompimento do aluguel antes do prazo, causados pela administração pública, Joana poderá invocar a teoria do fato do príncipe.
- 55** A relação contratual de Joana com a administração pública configura hipótese de inexigibilidade de licitação, visto que, existindo apenas um imóvel que satisfaça o interesse da administração, está caracterizada a inviabilidade jurídica de competição.

No que diz respeito às concessões e permissões de prestação de serviço público, julgue o item a seguir.

- 56** O instrumento adequado para concessão ou delegação de atividade pública, como o serviço de táxi, é a autorização a pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, mediante licitação, sob pena de infringência aos princípios da moralidade e igualdade.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

- 57** Considere que o caminhão de Alípio tenha sido retido por alegado excesso de peso após passar pela balança de pesagem de determinada concessionária em uma rodovia federal. Considere ainda que, enquanto Alípio era levado pelo agente ao interior do escritório da concessionária para a lavratura do auto de infração, seu caminhão tenha sido furtado nas dependências do referido posto de pesagem. Nessa situação hipotética, é devida indenização a Alípio, pois a conduta do agente foi comissiva, o que configura a responsabilidade objetiva do Estado.

A respeito da intervenção do Estado na propriedade, julgue o item a seguir.

- 58 Situação hipotética:** Josefa arrependeu-se de um acordo de desapropriação com o poder público, o qual objetivava construir uma creche em área de sua propriedade. Foi publicado o decreto de desapropriação por utilidade pública. Porém, foi constatada, em caráter de urgência, a necessidade da instalação de um posto de saúde no local, de modo que o poder público alterou a destinação a ser conferida à edificação. **Assertiva:** Nesse caso, é correto afirmar que, como se arrependeu do negócio, Josefa poderá reaver a propriedade em ação de retrocessão, haja vista o poder público não poder conferir finalidade diversa da constante no decreto expropriatório.

Considerando a classificação das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

- 59** As normas constitucionais de eficácia plena são aquelas imediatamente aplicáveis, diferentemente das normas de eficácia contida, que, embora constitucionais, podem ser restringidas pela superveniência de lei infraconstitucional ou mesmo por outras normas da própria Constituição.

No que diz respeito aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 60** As ações de *habeas corpus* e *habeas data* são gratuitas e consideradas necessárias ao exercício da cidadania, asseguradas como cláusulas pétreas na CF, de modo que é dever do Estado a garantia desses direitos, sendo-lhe vedado suprimi-los.
- 61** Os objetivos fundamentais são limitados pelo sistema de freios e contrapesos e traduzem fins a serem perseguidos pelo Estado brasileiro, como, por exemplo, garantir o desenvolvimento nacional.

No que diz respeito à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item a seguir.

- 62** Cabe ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação de repasses de recursos públicos federais para outros entes da Federação; por isso, os recursos públicos federais repassados aos municípios não podem ser fiscalizados pela Controladoria-Geral da União.

No que se refere às atribuições e responsabilidades do presidente da República, julgue o item a seguir.

**63** A execução dos tratados internacionais e a sua incorporação à ordem jurídica interna decorrem da vontade do Congresso Nacional, entretanto cabe ao presidente da República, que dispõe de competência para celebrar esses atos de direito internacional, promulgá-los mediante decreto.

Considerando as regras sobre as comissões parlamentares de inquérito (CPI), julgue o item a seguir.

**64** Uma CPI possui atribuições investigatórias que lhe são inerentes, como ordenar busca e apreensão de bens, objetos e computadores, desde que essa diligência não se efetive em espaços domiciliares, porém não tem poder jurídico para, mediante requisição a operadoras de telefonia, determinar interceptação telefônica nem para quebrar sigilo imposto a processo sujeito a sigilo judicial.

A respeito do direito à educação estabelecido na CF, julgue o item a seguir.

**65** A CF não veda, de forma absoluta, o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional de crianças, adolescentes e jovens.

Considerando as regras sobre reforma agrária dispostas na CF, julgue o seguinte item.

**66** Município poderá desapropriar, para efeito de reforma agrária, parte de fazenda que não esteja cumprindo sua função social, desde que o faça para fins de implementação de projetos de assentamento rural ou de estabelecimento de colônias agrícolas.

À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que disciplina a aplicação das leis em geral, julgue os itens seguintes.

**67** Ocorre revogação tácita quando lei posterior regula inteiramente matéria de lei anterior ou seja com esta incompatível.

**68** Para evitar a *vacatio legis*, a lei revogada é automaticamente restaurada, no caso de a lei que a tiver revogado perder a vigência.

**69** Em procedimento de aferição de irregularidades em gestão de contratos administrativos, devem ser avaliadas as dificuldades reais do gestor, consideradas as circunstâncias práticas a ele impostas.

**70** O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

Julgue os próximos itens, com base no Código de Defesa do Consumidor.

**71** A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral constitui um direito básico do consumidor.

**72** As circunstâncias de crime tipificado no Código de Defesa do Consumidor são agravadas quando tal crime é cometido por servidor público.

**73** As relações contratuais entre advogados e seus clientes são regidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

**74** A diferenciação de preços para pagamentos em dinheiro, cheque ou cartão de crédito não caracteriza prática abusiva no mercado de consumo.

Julgue os itens a seguir, relativos a ação civil pública.

**75** A instauração de ação civil pública para apuração e responsabilização em decorrência de danos causados ao meio ambiente obsta a interposição de ação popular.

**76** No âmbito de ação civil pública, é cabível medida cautelar com a finalidade de evitar dano ao meio ambiente.

**77** Empresa pública e sociedade de economia mista têm legitimidade para propor ação civil pública.

No que se refere a ação de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

**78** O presidente da República sujeita-se às mesmas sanções aplicáveis aos agentes públicos previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

**79** Ação de improbidade administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra agente político que tenha foro privilegiado.

**80** Em ação de improbidade administrativa, a decretação de indisponibilidade de bens pode recair sobre aqueles adquiridos anteriormente ao suposto ato, além de levar em consideração o valor de possível multa civil como sanção autônoma.

**81** É inviável a propositura de ação de improbidade administrativa exclusivamente contra particular, sem a presença do agente público no polo passivo da lide.

**82** Nas ações de improbidade administrativa, a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal depende de se assegurarem o contraditório e a ampla defesa.

Com base na Lei n.º 13.681/2018, que apresenta disposições trabalhistas aplicáveis aos empregados dos ex-territórios federais integrantes do quadro em extinção, julgue os itens a seguir.

**83** Reconhecimento de vínculo empregatício com ex-território federal para fins de inclusão em quadro em extinção da União é possível, desde que observados os requisitos legais; e a prova do vínculo observará documentação comprobatória do requerente relativa ao seu último emprego ocupado ou equivalente para o mesmo fim.

**84** Empregado que conste do quadro de extinção de ex-território federal fará jus à percepção de todas as gratificações e dos demais valores que componham a estrutura remuneratória do cargo em que tenha sido enquadrado, podendo essa estrutura ser majorada ou reduzida em caso de cessão ao município.

**85** A inclusão de empregado público no quadro em extinção da União acarretará seu posicionamento em tabelas de salários; para a progressão e a promoção do empregado, será necessária a permanência de, no mínimo, doze meses em cada padrão, e a contagem desse interstício será realizada em dias, descontados os períodos de férias.

**86** Poderá optar pela inclusão em quadro em extinção da União a pessoa que comprove ter mantido, na data em que os ex-territórios federais do Amapá e de Roraima foram transformados em estado ou entre a data de sua transformação em estado e outubro de 1993, vínculo empregatício com a administração pública dos ex-territórios federais; para tanto, será necessário comprovar o vínculo empregatício com o ex-território federal ou o estado que o tenha sucedido por, pelo menos, noventa dias.

Julgue os próximos itens, à luz da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

- 87** Nos termos da CLT, para fins de equiparação salarial, considera-se de igual valor o trabalho feito em funções idênticas, no mesmo estabelecimento empresarial, com igual produtividade e mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.
- 88** Segundo estabelecido na CLT, constituem objeto ilícito, em sede de convenção coletiva de trabalho, a supressão da remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, a redução de medidas de proteção legal de crianças e adolescentes e a supressão do repouso semanal remunerado.

Acerca de dissídio individual na justiça do trabalho, julgue os itens seguintes, à luz da CLT.

- 89** Protocolo de arguição de incompetência territorial suspenderá o andamento do processo e, conseqüentemente, da audiência designada para apresentação de defesa; nessa situação, será aberto prazo para a manifestação do reclamante e, se necessário, haverá produção de prova oral.
- 90** A ausência do reclamado em audiência importa na aplicação da revelia, ocasião em que, presente seu advogado, este poderá anexar ao processo apenas os documentos pertinentes e consignar sua presença em ata.
- 91** Será submetida ao rito sumaríssimo a ação que pleiteie verbas trabalhistas em desfavor de autarquia e que tenha o valor da causa estimado em trinta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento.

Julgue os itens seguintes, à luz da legislação e da jurisprudência aplicáveis ao processo do trabalho.

- 92** Ação rescisória com decisão de tribunal regional do trabalho é passível de recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, e, uma vez transitado em julgado, a execução será realizada nos próprios autos da ação que lhe deu origem.
- 93** Ainda que a jurisprudência transcrita em recurso de revista não abranja todos os fundamentos de decisão recorrida que resolva determinado item do pedido, o recurso será conhecido.
- 94** Empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente na justiça do trabalho, podendo exercer o *ius postulandi* para reclamações trabalhistas, contestação, recursos, ação cautelar e mandado de segurança.

Acerca do custeio da seguridade social, julgue os seguintes itens.

- 95** A seguridade social deve ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante, entre outras fontes de custeio, as contribuições sociais do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada, que incidem sobre o lucro.
- 96** A regra de que nenhum benefício da seguridade social deve ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total não se aplica aos serviços da seguridade social.

Acerca da prescrição e da decadência em direito da seguridade social, julgue os itens a seguir.

- 97** Em se tratando de servidor público federal sob o regime da Lei n.º 8.112/1990, a pensão por morte do segurado que falecer, aposentado ou não, será devida a filho menor de dezesseis anos, a contar da data do óbito, desde que requerida em até cento e oitenta dias após o óbito.
- 98** É de cinco anos o prazo de decadência do direito ou da ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão, indeferimento, cancelamento ou cessação de benefício e do ato de deferimento, indeferimento ou não concessão de revisão de benefício.

Acerca do enquadramento legal como segurados e dependentes, julgue os itens que se seguem.

- 99** O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa são enquadrados como contribuinte individual.
- 100** Considera-se regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar, devendo ser exercido em condições de mútua dependência e colaboração e sem o auxílio de empregados permanentes.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva, a ser julgada com base nas regras da Lei n.º 13.681/2018, sobre o disposto nas Emendas Constitucionais n.º 60/2009, n.º 79/2014 e n.º 98/2017, que dispõem sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-territórios federais integrantes de quadro em extinção.

- 101** Maria, contratada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho – RO em 15/4/1987, mantém o vínculo empregatício, amparada pelo mesmo contrato de trabalho, e é servidora do mesmo órgão até a presente data. Nessa situação, Maria tem direito à transposição assegurada na Lei n.º 13.681/2018.
- 102** Carla foi contratada pelo estado de Rondônia em 3/3/1986 para o cargo de professora. Em 1988, ela fez concurso e passou a ser estatutária. Em 2000, ela pediu exoneração e mudou-se para o Paraná, onde até hoje exerce o cargo de professora estadual. Nessa situação, Carla possui requisitos para optar pela transposição assegurada na Lei n.º 13.681/2018.
- 103** Ângela encontrava-se no exercício de suas funções, prestando serviço à administração pública do ex-território do Amapá, na data em que este foi transformado em estado e, oportunamente, optou por incorporar-se aos quadros da União. Em 2013, ela foi afastada por motivos de saúde e, em 2015, aposentou-se por invalidez. Nessa situação, Ângela faz jus à inclusão nos quadros em extinção assegurados pela Lei n.º 13.681/2018.
- 104** João foi contratado pelo estado de Rondônia em 15/2/1987, pelo regime celetista, e foi exonerado no ano de 2000, por decreto do governador, em razão de adequação das despesas de pessoal da administração pública estadual. Nessa situação, João tem direito à transposição assegurada na Lei n.º 13.681/2018, mas se aplicará a supressão de vantagem concedida por decisão judicial, ainda que transitada em julgado.
- 105** José passou à condição de servidor da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá na data em que esse ex-território federal foi transformado em estado. Nessa situação, José poderá optar pela sua inclusão nos quadros da administração pública federal, já que satisfaz aos requisitos de enquadramento.

**106** Leda, servidora pública efetiva do Ministério Público do Estado de Roraima, encontrava-se no exercício regular de suas funções, prestando serviço a esse ex-território federal, na data em que ele foi transformado em estado. Nessa situação, Leda poderá optar pela sua inclusão nos quadros em extinção da União.

Considerando o disposto na Lei n.º 13.681/2018, sobre direitos dos servidores civis, militares e empregados dos ex-territórios federais integrantes de quadro em extinção, julgue os itens a seguir.

**107** A lei prevê o ingresso, nos quadros em extinção da União, de pessoas que comprovem que tiveram vínculo empregatício ou de trabalho, ainda que precário, com o governo dos estados e respectivos municípios dos ex-territórios federais de Roraima, Amapá e de Rondônia, no período estabelecido na lei, mesmo que tais pessoas não tenham mais vínculo com nenhum desses estados ou seus municípios.

**108** Os servidores e empregados pertencentes ao quadro em extinção da União e oriundos dos ex-territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima, bem como de seus municípios, poderão ser cedidos para outros entes federativos e para entidades da administração pública federal indireta, porém, nessa hipótese, permanecerão lotados no quadro em extinção da União, não podendo seus cargos e empregos ser redistribuídos para outros órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, cujas vagas terão fim após sua vacância ou rescisão do contrato de trabalho.

**109** Empregado do estado de Rondônia admitido em quadro da União e enquadrado em cargo e função equivalentes àqueles que ocupava na estrutura estadual, com remuneração e plano de cargos competentes para o referido cargo, deve ser submetido ao regime jurídico disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho.

No que diz respeito ao quadro em extinção dos servidores e empregados dos ex-territórios federais regulamentado pelo Decreto n.º 9.324/2018, julgue os seguintes itens.

**110** Servidores e empregados dos antigos territórios federais do Amapá e de Roraima que possuíam vínculos empregatícios com empresas de direito privado contratadas pela União e que optarem pela inclusão farão parte de quadro em extinção, cujas vagas terão fim após sua aposentadoria.

**111** O direito de opção pela inclusão nos quadros em extinção da União, nos termos do citado decreto, é ato personalíssimo, logo só pode ser exercido pelo próprio interessado.

Com relação aos direitos dos servidores e empregados inativos, pensionistas e aposentados dos estados de Rondônia, Amapá e Roraima, julgue o item a seguir.

**112** A Emenda Constitucional n.º 60/2009, que regulamenta direitos dos servidores e empregados do estado de Rondônia, não permite que aposentados e pensionistas sejam optantes da transposição, no entanto, com a publicação da Emenda Constitucional n.º 79/2014, dispôs-se que os proventos das aposentadorias, pensões, reformas e reservas remuneradas passassem a ser mantidos pela União.

Considerando o Decreto n.º 10.020/2019, que dispõe sobre a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima (CEEXT), julgue os itens a seguir.

**113** A estrutura da CEEXT constitui-se de duas câmaras de julgamento e uma recursal para cada ex-território, cada qual composta por quatro membros, todas instaladas na estrutura do Ministério da Economia.

**114** As câmaras de julgamento da CEEXT não possuem discricionariedade em sua competência para analisar requerimentos de opção e documentação apresentados por servidores e empregados dos ex-territórios, porém podem agir de ofício, por exemplo, no reexame de requerimentos que tenham sido indeferidos até a data de publicação do Decreto n.º 9.823/2019, mas cujos fundamentos tenham sido alterados.

**115** O presidente geral da CEEXT e seu substituto são escolhidos e designados pelo secretário especial de desburocratização, gestão e governo digital do Ministério da Economia, enquanto os presidentes de cada câmara da CEEXT e seus substitutos são escolhidos por eleição entre seus pares.

**116** Servidor público federal em exercício no Distrito Federal que seja escolhido e designado como membro da CEEXT se dedicará integralmente às atividades dessa comissão enquanto a integrar, sendo sua participação considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Com base na Portaria SEDGG/ME n.º 13.278/2020, julgue os itens a seguir.

**117** Em caso de impedimento ou afastamento de membros de uma das câmaras de julgamento da CEEXT em número que impeça a formação do quórum mínimo para a sessão, o presidente da CEEXT poderá designar, alternadamente, um dos membros de outra câmara de julgamento para compor o quórum mínimo.

**118** Cada câmara de julgamento da CEEXT é responsável por analisar e decidir sobre requerimentos relacionados a cada um dos ex-territórios de Rondônia, de Roraima e do Amapá.

**119** As decisões das câmaras de julgamento da CEEXT terão caráter terminativo, esgotando definitivamente a análise dos requerimentos de opção no âmbito da comissão.

**120** Cabe ao presidente da CEEXT convocar as reuniões das câmaras de julgamento e providenciar as notificações, aos requerentes, das decisões das câmaras de julgamento.